



1 **Ata da 64ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate**
2 **à Corrupção - CTPCC.** Data: 13 de dezembro de 2023, às 14h. Local: Vídeo
3 conferência pelo aplicativo Zoom. Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e
4 vinte e três, às quatorze horas, reuniu-se o CONSELHO ESTADUAL DE
5 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO – CTPCC, sob a
6 Presidência do Sr. **EDMAR MOREIRA CAMATA**, Secretário de Estado de Controle e
7 Transparência e Presidente do Conselho. A reunião foi secretariada pelo
8 Subsecretário de Estado da Transparência, **FABIANO DA ROCHA LOUZADA**, e
9 contou com a presença dos seguintes representantes dos órgãos participantes: Edmar
10 Moreira Camata, titular da SECONT; Alexandro Martins Costa e Luciano Ferreira
11 Santana, respectivamente, titular e suplente da Força Sindical; Walter Rocha
12 Sarmiento Júnior, suplente da SEGER; Raphael Americano Câmara, titular do TJES;
13 Lorenzo Tomazelli Lança, suplente da SEFAZ; e Eva Pires Dutra, suplente da PGE. A
14 servidora Jamile Fonseca Martins, da Subsecretaria de Estado de Orçamento,
15 participou da reunião em virtude da impossibilidade dos representantes titular e
16 suplente da Secretaria de Estado de Planejamento. Também participaram da reunião:
17 a Sra. Natallie Reikdal Cervieri do ES Em Ação, a Sra. Adila Maria Barbosa Damiani,
18 Diretora-Executiva da Transparência Capixaba, o Sr. Helmut Mutiz D’auvila, Ouvidor
19 Geral do Estado e o Sr. Ricardo Monteiro Oliveira, Assessor Especial da SUBTRAN.
20 **I. Abertura da Reunião.** Foi declarada aberta a reunião pelo Presidente do Conselho,
21 Sr. Edmar Moreira Camata, que deu as boas-vindas às entidades que passam integrar
22 o Conselho em virtude do regime de alternância dos representantes dos
23 empregadores e empregados, que são, respectivamente, a FETRANSPORTES e a
24 Força Sindical. Ele saudou os senhores Alexandro Martins Costa e Luciano Ferreira
25 Santana, respectivamente, titular e suplente da Força Sindical. Esses, por sua ordem,
26 agradeceram o acolhimento e a oportunidade de fazer parte de um Colegiado de
27 tamanha relevância. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Secretário-
28 Executivo para a apresentação da pauta. **II. Encaminhamentos da Reunião**
29 **Anterior.** **2.1 – Encaminhamento 01 da reunião anterior.** O encaminhamento da
30 reunião anterior foi o *Encaminhamento 01: O Conselho de Transparência Pública e*
31 *Combate à Corrupção – CTPCC deverá reiterar o pedido junto a Secretaria da Saúde*
32 *para que sejam publicados os relatórios de prestação de contas das entidades*
33 *Fundação iNOVA e ICEPi, caso já tiverem sido feitas e entregues a algum órgão do*
34 *Poder Executivo, cumprindo com o estabelecido no “Guia de Publicação das*



35 *Informações das Organizações Sociais” e que a SESA forneça as informações*
36 *solicitadas.* O Secretário-Executivo informou que obteve a resposta da Secretaria da
37 Saúde, que se manifestou por meio dos ofícios OF/SESA/GS/Nº1178/2023 (no caso
38 da iNOVA) e OF/SESA/ICEPI/Nº 287/2023 (no caso do ICEPI). Em relação à iNOVA,
39 a SESA esclarece que, quanto aos questionamentos trazidos pelo ofício
40 OF/018/2023/CTPCC/SECONT, tem a informar que o *link* ali exposto é direcionado às
41 informações das organizações sociais, não se aplicando aos contratos da Fundação
42 iNOVA Capixaba. Segundo a SESA, pois, conforme art. 1º do Decreto 4585-R, a
43 Fundação é entidade não dependente vinculada à Secretária de Estado da Saúde -
44 SESA, compondo o Sistema Único de Saúde – SUS. Assim, as despesas decorrentes
45 dos contratos firmados entre o Poder Público e a iNOVA Capixaba estão sujeitas às
46 inspeções e auditorias contábeis, financeiras, patrimonial e operacionais
47 determinadas pelo Controle Interno ou pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito
48 Santo. Continua o ofício informando que quanto ao gerenciamento dos serviços pela
49 iNOVA Capixaba, fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, a
50 instituição possui sítio eletrônico próprio, que pode ser acessado diretamente pelo
51 endereço: <https://inovacapixaba.es.gov.br/>, ou por meio de *link* de direcionamento no
52 Portal da SESA, localizado do lado esquerdo da página e que no *site* da iNOVA, e
53 que, atendendo à premissa da transparência, todas as informações da instituição
54 estão disponíveis de forma clara. No que se refere à prestação de contas, o caminho
55 a ser percorrido é a aba “Transparência”, com as opções “Relatório de Gestão”
56 (<https://inovacapixaba.es.gov.br/relatorio-de-gestao>) ou “Hospitais”, com a disponibilidade
57 de escolha “HABF” (<https://inovacapixaba.es.gov.br/HABF>) e “HEC”
58 (<https://inovacapixaba.es.gov.br/HEC>), onde se encontra disponível toda a
59 documentação de prestação de contas, inclusive as demonstrações contábeis e os
60 balancetes mensais. Ainda, considerando que a Fundação presta contas para os seus
61 Conselhos Curador e Fiscal, as atas das reuniões estão disponíveis no caminho
62 “Institucional” > “Atas de Reuniões”, onde haverá a opção de acesso às atas tanto
63 órgãos já mencionados, quanto da Diretoria Executiva da Fundação
64 (<https://inovacapixaba.es.gov.br/atasdereunioes>). O relatório de gestão e as contas do
65 exercício de 2022 foram devidamente aprovados pelo Conselho Fiscal, na 2ª reunião
66 extraordinária de 2023, realizada em 24 de maio de 2023 e pelo Conselho Curador na
67 3ª reunião ordinária, ocorrida na data de 25 de maio de 2023. Por fim, informa a SESA,
68 a Fundação iNOVA Capixaba submete as suas contas ao crivo do Tribunal de Contas



69 do Estado do Espírito Santo – TCE-ES, com análise anual, além do envio dos
70 demonstrativos contábeis à Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo,
71 conforme obrigatoriedade da Portaria SEFAZ nº 94-R/2021. Em relação ao ICEPI –
72 Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde, a SESA informou, de
73 forma resumidamente, que a entidade não se enquadra no perfil de Organização
74 Social, uma vez que integra a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde de forma
75 direta. Diz o ofício que o ICEPI foi instituído por meio da Lei Complementar nº 909, de
76 26 de abril de 2019. Nesse sentido, o art. 1º da referida lei dispõe que: “*Art. 1º Fica*
77 *instituído o Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde – ICEPI,*
78 ***unidade administrativa integrante da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde***
79 ***– SESA, caracterizado como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação nos***
80 ***termos da Lei Federal nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, e da Lei Complementar***
81 ***Estadual nº 642, de 15 de outubro de 2012, e como Escola de Governo em Saúde,***
82 ***nos termos do § 2º do art. 39 da Constituição Federal, cabendo-lhe a formação, o***
83 ***desenvolvimento de pessoal e a pesquisa básica ou aplicada, de caráter científico e***
84 ***tecnológico, destinados a aumentar a eficácia e a qualidade dos serviços prestados***
85 ***pelo Sistema Único de Saúde – SUS”* (Grifos nossos). **III – Informes. 3.1 –****

86 **Assinaturas nas atas.** O Secretário-Executivo reiterou a necessidade de que as atas
87 das reuniões sejam assinadas pelos participantes, pois, uma ata somente poderá ser
88 publicada no *site* institucional assim que estiver assinada por todos os membros que
89 participaram da reunião. **3.2 – Representantes da Defensoria Pública do Estado**
90 **do Espírito Santo no CTPCC.** O Assessor Especial da Subsecretaria de Estado da
91 Transparência fez o relato de que aquele órgão entrou em contato para obter
92 informações sobre a designação dos representantes da DPES no CTPCC. Nesse
93 sentido, a tendência é de que em breve a Defensoria, uma vez publicado o Decreto
94 de designação de seus representantes, passe a participar de forma mais efetiva das
95 reuniões do Colegiado. **IV – Apresentação: Selo da Transparência (ES Em Ação /**
96 **Transparência Capixaba).** Na sequência, foram apresentados os resultados do Selo
97 da Transparência. **4.1 - Natallie Reikdal Cervieri - ES em Ação e a Sra. Adila Maria**
98 **Barbosa Damiani, Diretora-Executiva da Transparência Capixaba.** Iniciando sua
99 fala, a Sra. Adila informou que o ES é o único estado que avalia todos os municípios
100 e que em setembro do corrente ano foi divulgado o *ranking*. Ela informou que já estão
101 habilitados pela Transparência Internacional para fazer a avaliação dos próximos 4
102 (quatro) anos, oportunidade em que será buscada a meta de em 2025 não haver mais



103 município com o conceito “Ruim” no *ranking*. Ela resulta que o Selo da Transparência
104 é uma forma de reconhecimento das equipes de controle interno dos municípios,
105 divulgar esse trabalho e premiar com o Selo aqueles que já são considerados
106 referência no Estado, aqueles que ficaram com o conceito “Ótimo” no *ranking*. Na
107 sequência, a Sra. Adila passou a palavra para a Sra. Natallie. Ela iniciou sua
108 apresentação informando que foram 78 municípios avaliados e que este trabalho
109 contou com 54 voluntários e 6 universidades e organizações parceiras para captação
110 de voluntário. A avaliação demonstrou que 30 municípios obtiveram classificação
111 “Ótimo”, 22 com classificação “Bom”, 20 com classificação “Regular” e 6 com
112 classificação “Ruim”. Não houve casos de municípios com classificação “Péssimo”.
113 Foi considerável a evolução de 2022 para 2023, o que pode ser demonstrado com o
114 fato de que em 2022 apenas 11 municípios terem obtido a classificação “Ótimo”,
115 número que cresceu para 30 em 2023. A metodologia definiu que os 30 municípios
116 com classificação “Ótimo” seriam elegíveis para obtenção do selo. Além disso, esses
117 municípios deveriam cumprir outros dois requisitos: entregar um Termo de
118 Compromisso em Transparência e Governança Pública assinado pelo prefeito e
119 atender os critérios do guia “Recomendações de Transparência e Governança Pública
120 para Prefeituras” da Transparência Internacional Brasil e Instituto Governo Aberto -
121 IGA (avaliado em outubro e novembro de 2023). Na sequência a expositora
122 apresentou o cronograma de atividades realizadas. Participaram do selo 29 dos 30
123 municípios elegíveis (um não enviou a documentação), dentre os quais 16
124 apresentaram recursos em relação à avaliação realizada. Também foi apresentado o
125 selo e respectiva nota exigida. O resultado foi divulgado no dia 06/12/2023, de forma
126 *online*. O resultado foi o seguinte: 12 municípios obtiveram o Selo de qualidade
127 Diamante, 6 o Ouro, 4 o selo Prata e 7 o selo Bronze. Foi enviado material digital para
128 divulgação em redes sociais pelos municípios, bem como o material físico pelos
129 Correios. A iniciativa gerou muita mídia e demonstrou ter sido muito eficaz. Após a
130 apresentação, a Sra. Adila agradeceu a todos que colaboraram com a iniciativa e
131 avaliou como muito positiva para a transparência. Na sequência, o Presidente
132 ressaltou o fato de o Estado ter feito a avaliação de todos seus municípios. Segundo
133 ele, a avaliação foi muito produtiva e não gerou críticas por parte dos avaliados. **V** –
134 **Apresentação: Balanço da Ouvidoria-Geral do Estado em 2023.** 5.1 – O Sr. Helmut
135 Mutiz D’Auvila – Ouvidor Geral do Estado, iniciou sua exposição informando que esta
136 semana foi feita a entrega do novo sistema de Ouvidoria, oportunidade em que se



137 reuniu toda rede de ouvidoria do estado e foi feito um balanço dos números de 2023,
138 que passou a apresentar ao Colegiado. Inicialmente, Helmut apresentou as camadas
139 do sistema de ouvidoria estadual: representantes de ouvidoria / ouvidores setoriais,
140 ouvidorias setoriais e a Coordenação de Ouvidoria Geral do Estado, que é o órgão
141 central do sistema e que faz a gestão do mesmo. Atualmente são 140 servidores
142 envolvidos diretamente nas demandas de ouvidoria, 56 ouvidorias cadastradas no
143 sistema de ouvidoria e 5 ouvidorias setoriais, onde as mais relevantes são: ouvidoria
144 de Segurança Pública, ouvidoria da ARSP, ouvidoria do IPAJM, ouvidoria do IPEM e
145 ouvidoria da Saúde. Também falou da legislação relacionada às atividades de
146 ouvidoria: Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 13.460 (Código de Defesa do
147 Usuário de Serviços Públicos - CDU), Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
148 (LGPD), Decreto nº 2.289-R/2009 (dispõe sobre a estruturação do Sistema Integrado
149 de Ouvidoria do Estado), Norma de Procedimento STP nº 003 (regulamenta os
150 procedimentos dos órgãos e entidades no atendimento da transparência passiva
151 conforme os critérios da LAI) e Norma de Procedimento STP nº 005 (estabelece
152 procedimentos para a realização da gestão de manifestações de ouvidoria). Na
153 sequência, o expositor apresentou a evolução de manifestações a partir de 2019:
154 14.783 em 2019, 18.095 em 2020, 2.3009 em 2021, 23.426 em 2022 e 25.246 em
155 2023. Segundo o expositor, o volume crescente demonstra um incremento da
156 participação da sociedade, que reconhece o sistema de ouvidoria como uma
157 importante ferramenta de controle social. Ademais, apesar do número crescente de
158 manifestações, o número de manifestações respondidas em atraso permanece de
159 estável para decrescente. Outro número importante foi o crescimento das demandas
160 por tipo e as que mais cresceram foram as denúncias e reclamações. Por outro lado,
161 o número de pedidos de acesso à informação permanece estabilizado, girando em
162 torno de 3.000 a 3.500 anuais. Outro fato relevante é que o principal canal de entrada
163 da manifestação é por meio da *Internet*, o que demonstra o perfil digital do cidadão
164 interlocutor, o que exige mais eficiência nas respostas. Dentre os órgãos mais
165 demandados, foram citados: SESA (20%), DETRAN-ES (16%), SEDU (16%),
166 CETURB (7%), CESAN (6%), SEFAZ (4%), IPAJM (4%), SECONT (3%), ARSP (3%)
167 e 21% diluídos nos demais órgãos. Dentre os assuntos mais demandados, temos:
168 Marcação de Exames e/ou consultas (1.920), Serviço Catálogo (1.431), Transporte
169 Público (1.401), Educação (1.275), Escola Pública Estadual (754), Servidor Público
170 (667), Processo (522), Saúde Pública (670), Certidão / Declaração de Tempo de



171 Contribuição (500) e Carteira Nacional de Habilitação - CNH (499). Em relação aos
172 pedidos de informação, o DETRAN-ES lidera com 31%, em seguida: SEDU (10%),
173 SEGER (7%), SEFAZ (6%), SESA (6%), CESAN (4%), SESP (4%), PCES (4%),
174 IPAJM (3%), PMES (3%), IEMA (2%), SEJUS (2%), DER (1%) e mais 17% diluídos
175 entre os demais órgãos. Como resultado, a grande maioria dos pedidos de acesso à
176 informação são atendidos (2.961 pedidos). Em relação aos pedidos de acesso não
177 atendidos, são vários os motivos: improcedente (207), não compete ao Governo do
178 Estado (37), pedido genérico (29), pedido exige tratamento adicional (27), pedido
179 incompreensível (26) e outras hipóteses de negativa (56). O tempo médio de
180 atendimento ao pedido é de 9 (nove) dias. Já o tempo médio de resposta da Ouvidoria
181 como um todo é de 13 (treze) dias. Já em relação à pesquisa de satisfação em relação
182 às demandas encaminhadas à Ouvidoria, apenas 3,36 dos manifestantes respondem
183 à pesquisa, que tem nota média de 3,05 (em um total de 5 pontos). Finalizando sua
184 exposição, Helmut informou que dentre as ações realizadas em 2023, as principais
185 foram: (1) Governança Digital Participativa, que consiste na implementação dos
186 dispositivos do CDU (carta de serviços, ouvidoria, conselho de usuários de serviços
187 públicos e avaliação dos serviços públicos), sendo que o conselho de usuários é um
188 projeto que está sendo implementado no âmbito da SECONT com o apoio do
189 PRODEST; (2) Manuais e Relatórios de Gestão – que deverão ser aprimorados e
190 possibilitar que as manifestações dos cidadãos se consolidem como fonte de melhoria
191 da gestão pública; (3) Novas instalações físicas – a Ouvidoria ganhou um espaço
192 maior e mais reservado para atendimento ao cidadão; e (4) Novo Sistema de
193 Ouvidoria - e-Ouv – um sistema desenvolvido pela SECONT em parceria com o
194 PRODEST. Dentre as principais novidades do novo e-Ouv, destacam-se: (a)
195 despacho com integração com o e-Docs; (b) separação do sistema público e sistema
196 administrativo para melhor gestão de informações sigilosas; (c) atualização
197 tecnológica; (d) navegação mais fluida e intuitiva; e (e) independência, por se tratar
198 de um sistema próprio. Helmut comentou também sobre o novo painel de controle do
199 sistema e suas vantagens para os operadores da ouvidoria. Após a apresentação, o
200 Colegiado agradeceu e parabenizou o expositor pela sua atuação. Na sequência, o
201 Presidente teceu comentários ao evento realizado no dia anterior para apresentar o
202 novo e-Ouv e que contou com a presença dos ouvidores setoriais, oportunidade em
203 que foi ressaltado a importância desses profissionais e seu papel relevante para a
204 sociedade. Também destacou que o próximo passo para a Ouvidoria é fazer com que



205 todas essas milhares de manifestações que entram no sistema anualmente sejam
206 efetivamente utilizadas para a melhoria das políticas públicas. Por fim, agradeceu ao
207 Helmut pela apresentação, bem como sua atuação como Ouvidor, destacando que
208 ele deixará essa função para atuar como Secretário-Executivo do Conselho Nacional
209 de Controle Interno - CONACI, uma vez que o Secretário de Controle e Transparência
210 foi eleito Presidente daquele Conselho, cuja gestão tem início em 2024. Ele aproveitou
211 a oportunidade para informar que em lugar de Helmut, assumirá a também auditoria
212 do estado, Giselli Ballestrassi, que será oportunamente apresentada ao Colegiado. **VI**
213 **- Novas propostas, deliberações e encaminhamentos. 6.1 – Aberto aos**
214 **conselheiros.** O Secretário-Executivo retomou a palavra e a franqueou aos membros
215 do Conselho para que apresentassem novas propostas, deliberações,
216 encaminhamentos e sugestões de pautas, o que também pode ser feito por meio do
217 grupo de *WhatsApp*. Como não houve manifestação por parte dos membros do
218 Conselho, o Presidente retomou a palavra e manifestou seu desejo de que sejam
219 feitas apresentações dos outros órgãos, Poderes e entidades que participam do
220 Conselho, sobre qualquer trabalho realizado ou em desenvolvimento nas áreas de
221 transparência, controle e integridade, uma vez que é muito relevante o
222 compartilhamento dessas experiências. Na sequência, o Presidente passou para o
223 encerramento da reunião. **VII. Encerramento.** Esgotada a pauta, o Presidente
224 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às quinze horas e
225 quarenta e oito minutos, do que, para constar, eu, **FABIANO DA ROCHA LOUZADA,**
226 lavrei a presente ata que, depois de conferida, vai assinada por mim, pelo Senhor
227 Presidente e demais membros do Conselho presentes na reunião.

EDMAR MOREIRA CAMATA

Representante da SECONT – Titular
Presidente do Conselho

EVA PIRES DUTRA

Representante da PGE – Suplente

WALTER ROCHA SARMENTO JÚNIOR

Representante da SEGER – Suplente

LORENZO TOMAZELLI LANÇA

Representante da SEFAZ – Suplente

RAPHAEL AMERICANO CÂMARA

Representante do TJES – Titular

ALEXANDRO MARTINS COSTA

Representante da Força Sindical – Titular

LUCIANO FERREIRA SANTANA

Representante da Força Sindical – Suplente

ASSINATURAS (8)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

EDMAR MOREIRA CAMATA
PRESIDENTE
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 26/12/2023 16:12:18 -03:00

WALTER ROCHA SARMENTO JUNIOR
CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 20/12/2023 21:29:34 -03:00

RAPHAEL AMERICANO CAMARA
CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 26/02/2024 17:12:15 -03:00

LUCIANO FERREIRA SANTANA
CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 29/12/2023 15:26:37 -03:00

EVA PIRES DUTRA
CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 21/12/2023 22:59:13 -03:00

LORENZO TOMAZELLI LANCA
CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 20/12/2023 18:45:07 -03:00

ALEXANDRO MARTINS COSTA
CONSELHEIRO
CTPC - SECONT - GOVES
assinado em 20/12/2023 15:30:36 -03:00

FABIANO DA ROCHA LOUZADA
AUDITOR DO ESTADO
ASSTEC SUBTRAN - SECONT - GOVES
assinado em 21/12/2023 12:25:29 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/02/2024 17:12:15 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA (FUNCAO GRATIFICADA - AGE/SECONT - ASSTEC SUBTRAN - SECONT - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-P2LGH6>